

Conflito eclesiástico sobre terras em Moçambique



A Sueca Åsa Tham é a líder dos investimentos florestais controversos da igreja Norueguesa e Sueca em Moçambique e promete um retorno de 10 porcentos. *Foto: ESPEN LØKELAND-STAI*

ESPEN LØKELAND-STAI 8 de Março de 2010

Uma luta amarga sobre o uso da terra com os camponeses locais

Niassa (Dagsavisen): Åsa Tham estende as mãos como ela devora a paisagem com os olhos.

- Até ao momento temos plantado 8.600 hectares, agora estamos em um processo de plantação de mais 6000 hectares ", diz ela.

O lugar é o Planalto de Lichinga no Niassa, uma das províncias mais ao norte de Moçambique, na fronteira com a Tanzânia. A Província já foi um reduto da luta armada da FRELIMO pela independência, antes do colonialismo Português em entrar em colapso na sequência da Revolução dos Escravos e Moçambique ganhou a independência em 1975. Três décadas depois, Tham chegou com *Global Solidarity Forest Fund* (GSFF) e estabeleceu a empresa florestal Chikweti para desenvolver uma plantação de floresta no Planalto de Lichinga. Hoje ela é gerente geral da plantação.

FOCO MOÇAMBIQUE

Nos últimos anos, várias empresas Norueguesas tem estado a focalizar em Moçambique. A companhia petrolífera Norueguesa (DNO) e *StatoilHydro* conseguiram licenças para exploração de petróleo e gás. Também a empresa gigante de fertilizantes *Yara International* está no presente no país. Como outras empresas Norueguesas. Os interesses Noruegueses também estão presentes aqui, no Niassa. GSFF, o maior proprietário de Chikweti, é, em poucas palavras, um fundo de investimento privado fundado pela diocese de Västerås sob a Igreja Sueca, e o Fundo de *Opplysningsvesenets*, que é parte do estado

Norueguês e um importante defensor da Igreja da Noruega. No Niassa, os dois colaboram com a adição de uma igreja local.

Chikweti não é a única. Nos últimos anos, GSFF tem crescido para ser um dos maiores actores do sector florestal no país, o fundo de investimento é agora o maior proprietário de quatro grandes empresas florestais. Ása Tham é a gerente geral da plantação do Planalto de Lichinga. A área que ela nos apontou, onde a empresa plantou pinho e eucalipto, é só o começo. A empresa tem cem mil hectares de terra e segundo a Tham, a meta é de plantar pinho e eucalipto na metade da área, enquanto o restante será composto por floresta natural gerida pela empresa. A empresa fez também um pedido de licenças para uma concessão de jatropa, para a produção de biocombustível.

Quando as árvores forem suficientemente grandes para serem serradas e a madeira pode ser vendida no mercado local, pode, segundo a Tham, proporcionar bons rendimentos para os proprietários, incluindo o fundo de *Opplysningsvesenets*. -Esperamos que consigamos um retorno de dez por cento ", diz a Tham a Dagsavisen.

CONFLITOS DE TERRA

Garantir lucro para os proprietários é apenas um dos objectivos declarados do GSFF. Além disso, afirma que se deve garantir o emprego, efeitos favoráveis sobre o meio ambiente e desenvolvimento local.

Segundo a Tham, a empresa no Niassa foi atribuída terra pelas autoridades. Mas eles não vão aceitar qualquer terra, diz ela. Eles não querem terra onde já existe floresta nativa crescida, e eles não -querem a terra que já está sendo utilizada por camponeses locais. A empresa, diz Tham, tem estado em diálogo com a população local sobre qual é a terra que eles podem usar.

-Tudo se baseia no acordo entre as partes, diz ela.

Porém, segundo a Organização local de camponeses, a história não é tão simples. A empresa no Niassa encontra-se, resumidamente, num conflito amargo com os camponeses locais, que acusam a empresa de ter tomado a terra que já está em uso e de ter cortado as florestas que inicialmente estavam lá.

MEDICAMENTOS E COMBUSTÍVEIS

Tham reconhece a Dagsavisen que houve controversos sobre o uso da terra, mas estes já foram resolvidos, diz ela. Segundo o Júlio Pêssego não é tão fácil.

- As consultas comunitárias não foram bem-feitas, diz Pêssego, coordenador da organização local de camponeses, a União Nacional de Camponeses (UNAC) na Província. Segundo Pêssego, a empresa em alguns casos tomou terras que os líderes locais, durante as conversações com a empresa, definiram como terras da comunidade local. Segundo Abdul Magomba da mesma organização, os conflitos com a empresa também tem a ver com a maneira em que é feita a própria plantação florestal.

- Árvores nativas são cortadas para dar espaço a árvores exóticas, diz Magomba e conta que as árvores

nativas são utilizadas pela população local para medicina, lenha e carvão para cozinhar ou como madeira na construção de habitações. Ele tem medo daquilo que poderia acontecer se continuar.

NÃO EXCLUSIVO

O conflito não é exclusivo para Chikweti e Niassa, onde a organização de camponeses enfatiza, que não são contra a plantação de árvores na Província. Só querem assegurar que as plantações não usem a terra que já é utilizada pelos camponeses locais, e que a floresta nativa não seja cortada para dar lugar às plantações.

A organização de camponeses no Niassa conta que eles têm vários exemplos de como as plantações florestais foram estabelecidas muito próximo das comunidades o que criou problemas para os camponeses locais. Isto é o caso para Christina Antónia, que faz parte do conselho da organização de camponeses local, e teve a experiência de ter eucalipto plantado logo atrás da sua casa.

O plantio de eucalipto é frequentemente um dos pólos da polémica em torno das plantações florestais. O problema, em resumo, está no facto que o eucalipto absorve grandes quantidades de água, que faz com que outras espécies na área sequem. O resultado disso é, segundo os dirigentes locais dos camponeses, que os camponeses são expulsos da terra, porque a condição para praticar agricultura desaparece.

- São indirectamente roubados da terra, diz Magomba.